



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005676-72.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA APARECIDA FERNANDES**
 Requerido: **CLAUDIO PEREIRA MAGALHÃES**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter comprado um automóvel para que o réu, seu companheiro, utilizasse, tendo o filho dele procedido à sua alienação.

A situação do veículo em apreço encontra-se efetivamente irregular perante o órgão de trânsito competente.

Isso porque o documento de fl. 119 demonstra que ele foi vendido em leilão como sucata em 15/06/2012 e mesmo assim permanece registrado em nome da autora (fl. 41).

Tais dados bastam para o acolhimento da postulação formulada, mas não para fins de transferência ao atual proprietário porque, como assinalado, houve sua venda em leilão como **sucata**.

Assim, deve ser providenciada a baixa do prontuário do automóvel em consequência do que foi noticiado a fl. 119.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mais, a "retirada do nome da autora da dívida ativa" não pode ser aqui implementada porque o tema envolve credor (Fazenda do Estado de São Paulo) que não sendo parte na relação processual não poderá ficar sujeito aos efeitos do que aqui venha a ser decidido.

Não obstante, e até como forma de prevenir novos problemas, a situação apurada nestes autos deverá ser levada à ciência da Fazenda do Estado de São Paulo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para determinar que se oficie à CIRETRAN a fim de que dê baixa no prontuário do automóvel Fiat/Palio ED 1996/1997, placas GLU-0567, tendo em vista que foi vendido como sucata para Carlos Alberto Gachet em 15/06/2012 (cópia do documento de fl. 119 deverá instruir o ofício).

Oficie-se, outrossim, à Procuradoria Geral do Estado (PR 12 local) com cópia da presente e do documento de fl. 119 para as providências que se reputarem adequadas.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**